

## DIÁLOGOS INTERTEXTUAIS ENTRE MACHADO DE ASSIS, JOSÉ ROBERTO TORERO E A *BÍBLIA SAGRADA*

Doutorando (UFF) Odilon Rosa Corrêa<sup>1</sup>

**RESUMO:** este trabalho procura refletir sobre o conceito bakhtiniano de dialogismo via leitura comparativa dos contos “O empréstimo”, “A cartomante”, “O caminho de Damasco” e do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, com a *Bíblia Sagrada* e com o romance *Galantes Memórias e Admiráveis Aventuras do Virtuoso Conselheiro Gomes*, de José Roberto Torero.

**PALAVRA-CHAVE:** *dialogismo, Machado de Assis, José Roberto Torero.*

Em *Marxismo e filosofia da linguagem* (BAKHTIN, 1992), Mikhail Bakhtin desenvolve sua crítica ao subjetivismo individualista, ao objetivismo abstrato e ao psicologismo. Dirá que

[...] não é tanto a expressão que se adapta ao nosso mundo interior, mas o *nosso mundo interior que se adapta às possibilidades de nossa expressão* [...]. A ideologia do cotidiano constitui o domínio da palavra interior e exterior desordenada e não fixada num sistema, que acompanha cada um dos nossos atos ou gestos e cada um dos nossos estados de consciência [...].

Os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizaram-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma forte influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia. Mas, ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos constituídos conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano; alimentam-se de sua seiva, pois, fora dela, morrem, assim como morrem, por exemplo, a obra literária acabada ou a idéia cognitiva se não são submetidas a uma avaliação crítica viva. Ora, essa avaliação crítica, que é a única razão de ser de toda produção ideológica, opera-se na língua da ideologia do cotidiano. Essa coloca a obra numa situação social determinada. A obra estabelece assim vínculos com o conteúdo total da consciência dos indivíduos receptores e só é apreendida no contexto dessa consciência que lhe é contemporânea. A obra é interpretada no espírito desse conteúdo de consciência (dos indivíduos receptores) e recebe dela uma nova luz. É nisso que reside a vida da obra ideológica. Em cada época de sua existência histórica, a obra é levada a estabelecer contatos estreitos com a ideologia cambiante do cotidiano, a impregnar-se dela, a alimentar-se da seiva nova secretada. É apenas na medida em que a obra é capaz de estabelecer um tal vínculo orgânico e ininterrupto com a ideologia do cotidiano de uma determinada época, que ela é capaz de viver nesta época (é claro, nos limites de um grupo social determinado). Rompido esse vínculo, ela cessa de existir, pois deixa de ser apreendida como ideologicamente significante (BAKHTIN, 1992, p. 118-119).

---

<sup>1</sup> Doutorando pela Universidade Federal Fluminense; professor de Literatura Brasileira da Universidade Federal de Roraima (Departamento de Língua e Literatura Vernáculas). odiloncorrea@click21.com.br

Para Bakhtin, a “teoria da expressão subjacente ao subjetivismo individualista” deve ser rejeitada, uma vez que “o centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo” (BAKHTIN, 1992, p. 121). Estas e outras considerações o levarão a dizer que

[...] A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (BAKHTIN, 1992, p. 123).

Dessa maneira ele responde ao objetivismo abstrato, que concebe a língua como um “sistema abstrato de formas lingüísticas”, separando língua e ideologia; ao subjetivismo idealista, que vê o ato de fala individual como fundamento da língua, mas como enunciações estilisticamente únicas e não reiteráveis; e ao psicologismo – que situa a ideologia na consciência. Para Bakhtin, a consciência “adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais” (BAKHTIN, 1992, p. 35).

É interessante notar que, para Bakhtin, o “diálogo” é entendido não apenas como aquele que ocorre entre duas pessoas frente a frente, “mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja”. Assim, o livro, entendido como

ato de fala impresso, constitui igualmente um elemento da comunicação verbal. Ele é objeto de discussões ativas sob a forma de diálogo e, além disso, é feito para ser apreendido de forma ativa, para ser estudado a fundo, comentado e criticado no quadro do discurso interior, sem contar as reações impressas, institucionalizadas, que se encontram nas diferentes esferas da comunicação verbal (críticas, resenhas, que exercem influência sobre os trabalhos posteriores, etc.). Além disso, o ato de fala sob a forma de livro é sempre orientado em função das intervenções anteriores na mesma esfera de atividade, tanto as do próprio autor como as de outros autores: ele decore portanto da situação particular de um problema científico ou de um estilo de produção literária. Assim, o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio<sup>2</sup>, etc (BAKHTIN, 1992, p. 123).

Procuraremos refletir sobre o dialogismo bakhtiniano via leitura comparativa dos contos “O caminho de Damasco”, “O empréstimo”, “A cartomante” e do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, com a *Bíblia Sagrada* e com o romance *Galantes Memórias e Admiráveis Aventuras do Virtuoso Conselheiro Gomes, O Chalaça*, de José Roberto Torero.

---

<sup>2</sup> Em outro contexto, na obra *Introdução à semanálise*, o conceito bakhtiniano de dialogismo é retomado por Júlia Kristeva: “[...] a ‘palavra literária’ não é um ponto, (um sentido fixo), mas um cruzamento de superfícies textuais, um diálogo de diversas escrituras: do escritor, do destinatário (ou da personagem), do contexto cultural atual ou anterior” (KRISTEVA, 1974, p. 64).

No conto “O caminho de Damasco”<sup>3</sup> faz-se presente o que se vê em muitos outros contos machadianos: a representação da sociedade brasileira da época do Segundo Império via cotidiano de uma família abastada: Dona Joaquina (austera e respeitável) e Silvestre Aguiar recebem visitas de Pe Barroso e do Dr. Marques (44 anos, médico da família), para conversar e jogar; o pai, Silvestre Aguiar, que deseja fazer do filho um ministro; o filho, Jorge Aguiar, bacharel, boêmio que vive do dinheiro que o pai lhe dá; uma sobrinha do casal, Clarinha, órfã de mãe e abandonada pelo pai. Clarinha ama Jorge Aguiar, seu primo, que não a ama. Depois de casada com Dr. Marques é cortejada por Jorge Aguiar que, com o correr do tempo, passa a admirar-lhe a dedicação ao marido, então doente. Após o falecimento deste, Clarinha casa-se com Jorge Aguiar.

O capítulo X, “O caminho de Damasco”, revela o significado do título do conto. Trata-se da conversão de Jorge:

— Mas quando cheguei, continuou Jorge, quando vi aquela divina criatura, aflita, melancólica, junto de seu marido quase expirante, a prodigalizar-lhe todos os carinhos que a natureza, que a religião lhe inspiravam, quando aquele solene espetáculo me apareceu aos olhos, posso jurar-lhe, sr. Padre, que nesse momento todo o meu passado se desvaneceu e que um homem novo começa a palpitar em mim. (p. 16)

Na *Bíblia Sagrada* narra-se a conversão de Paulo, que se dirigia à Damasco com o intuito de prender homens e mulheres que encontrasse praticando o cristianismo. Ante uma visão de Deus, de perseguidor dos cristãos passa a discípulo de Cristo e grande pregador do cristianismo (Atos dos apóstolos, 9: 1-19).

No final do conto “O caminho de Damasco”, já casado com a viúva Clarinha, Jorge Aguiar conta ao Pe. Barroso “a impressão profunda que recebera nos cinco dias em que assistira a agonia do médico”, dizendo que “foi só então [...] que eu comecei a amar” (p. 17). O padre alude à passagem bíblica, dizendo a Jorge que o apóstolo Paulo “Uniu-se à melhor das noivas, a Igreja, e oxalá vocês se amem tanto, como aqueles dois se amaram” (p. 17).

Trata-se de uma retomada do texto bíblico, procedimento muito comum em Machado de Assis e em tantos outros escritores. Neste caso, com a referência explícita pela voz do padre. Ao elaborar o conto visando o tema da conversão, Machado dialoga com a *Bíblia Sagrada*, confirmando-a, e deixa ver como esta o influenciou.

No conto “O Empréstimo”, do livro *Papéis Avulsos* (ASSIS, 2006, V. II), Custódio, que conhecera o tabelião Vaz Nunes em uma festa, chega certa tarde ao cartório e diz-lhe que veio pedir-lhe “uma escritura de gratidão”. Tratava-se de cinco contos com os quais Custódio, que não tinha nem para comer, pretendia entrar como sócio em uma futura fábrica de agulhas.

— Cinco contos?  
 — Sim, senhor.  
 — Mas, Sr. Custódio, não posso, não disponho de tão grande quantia. Os negócios andam mal; e ainda que andassem muito bem, não poderia dispor de tanto. Quem é que pode esperar cinco contos de um modesto tabelião de notas?  
 — Ora, se o senhor quisesse...

<sup>3</sup> publicado originalmente em *Jornal das Famílias*, em 1871, e disponível no sítio “Contos completos de Machado e Assis”, <http://www2.uol.com.br/machadodeassis>.

— Quero, decerto; digo-lhe que se se tratasse de uma quantia pequena, acomodada aos meus recursos, não teria dúvida em adiantá-la. Mas cinco contos! Creia que é impossível.

A alma de Custódio caiu de bruços. Subira pela escada de Jacó até o céu; mas em vez de descer com os anjos no sonho bíblico, rolou abaixo e caiu de bruços [...]

— Bem, disse ele, com uma pontazinha de despeito, há de perdoar o incômodo...

— Não há que perdoar; eu é que lhe peço desculpa por não poder servi-lo, como desejava. Repito: se fosse uma quantia menos avultada, muito menos, não teria dúvida; mas...

Estendeu a mão ao Custódio, que com a esquerda pegara maquinalmente o chapéu. [...] Desenganado, olhou para o tabelião com um gesto de despedida; mas, uma idéia súbita clareou-lhe a noute do cérebro. Se a quantia fosse menor, Vaz Nunes poderia servi-lo, e com prazer; por que não seria uma quantia menor? Já agora abria mão da empresa; mas não podia fazer o mesmo a uns alugueis atrasados, a dous ou três credores, etc., e uma soma razoável, quinhentos mil-réis, por exemplo [...]

— Pois bem, disse ele, veja o que me pode dar, e eu irei ter com outros amigos... Quanto?

— Não posso dizer nada a esse respeito, porque realmente só uma cousa muito modesta.

— Quinhentos mil-réis?

— Não; não posso.

— Nem quinhentos mil-réis?

— Nem isso, replicou firme o tabelião [...]

Custódio interrompeu-o [...]. O essencial é que ele teimou na súplica. **Não podia dar quinhentos mil-réis? Aceitava duzentos; bastavam-lhe duzentos [...] para uma necessidade urgente – “tapar um buraco”.**

— **Realmente custa-me repetir-lhe o que disse; mas, enfim, nem os duzentos mil-réis posso dar. Cem mesmo, se o senhor os pedisse, estão acima das minhas forças nesta ocasião. Noutra pode ser, e não tenho dúvida, mas agora...** [sem grifo no original]

— Não imagina os apuros em que estou!

— Nem cem, repito. [...]

[...]

— Nem cem mil-réis?

— Nem cem mil-réis, pesa-me dizê-lo, mas é verdade. Nem cem mil-réis. Que horas são? (ASSIS, 2006, Vol. II, p. 336-338)

Vendo, na loja em frente, um sujeito que apreçava uma sobrecasaca, Custódio lembrou-se de que era tempo de aposentar o paletó surrado. “[...] Mas nem cinquenta mil réis podia dar-lhe o tabelião. [...] era impossível que ele não tivesse cinquenta mil-réis. Vinte, ao menos? Nem vinte. Nem vinte! Não; falso tudo; tudo mentira”.( ASSIS, 2006, Vol. II, p. 339)

Enquanto Vaz Nunes se prepara para sair, vendo-o trocar de paletó e guardar a carteira, Custódio não se conforma: “[...] Nem vinte mil-réis! Era impossível que não levasse ali vinte mil-réis, pensava ele; não diria duzentos, mas vinte, dez que fossem...”. Vendo Vaz Nunes pronto para sair, pergunta-lhe “se não lhe podia dar ao menos dez mil-réis”.

— Quer ver?

E o tabelião desabotoou o paletó, tirou a carteira, abriu-a, e mostrou-lhe duas notas de cinco mil-réis.

— Não tenho mais, disse ele; o que posso fazer é reparti-los com o senhor; dou-lhe uma de cinco, e fico com a outra; serve-lhe? (ASSIS, 2006, Vol. II, p. 339)

Custódio aceita e sai, conforme o narrador, não com ar de pedinte, mas de general que houvesse conquistado a Ásia Menor.

Em *Questões de Literatura e de Estética*, Bakhtin diz que

Todo discurso é orientado para a resposta e ele não pode esquivar-se à influência profunda do discurso da resposta antecipada.

O discurso vivo e corrente está imediata e diretamente determinado pelo discurso-resposta futuro: ele é que provoca esta resposta, pressente-a e baseia-se nela. Ao se constituir na atmosfera do ‘já dito’, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado. Assim é todo diálogo vivo. (BAKHTIN, 1988 p. 89)

No fragmento do conto “O Empréstimo” acima transcrito, no trecho por nós grifado, pela voz do narrador ouvimos Custódio em diálogo interior - neste caso trata-se do discurso indireto livre – onde temos a fusão de duas vozes: a de Custódio e a do narrador, as quais se entrelaçam no discurso do narrador. : “Não podia dar quinhentos mil-réis? Aceitava duzentos; bastavam-lhe duzentos [...]”. Em conformidade com o que diz Bakhtin no fragmento acima, Vaz Nunes prevê a resposta de Custódio e orienta, antecipadamente, seu discurso para a resposta do outro: “Cem mesmo, se o senhor os pedisse, estão acima das minhas forças nesta ocasião. Noutra pode ser, e não tenho dúvida, mas agora...”.

Custódio dissimula ser o que não é: “Não trazia o acanho natural a um pedinte; ao contrário, parecia que não vinha ali senão para dar ao tabelião uma coisa preciosíssima e rara” (ASSIS, 2006, Vol. II, p. 334). Percebendo o jogo, Vaz Nunes também dissimula, representando o que não é: não é pobre, ao contrário, é astuto, pois não diz que não empresta, mas que não tem.

Na *Bíblia Sagrada* narra-se que Jacó, em viagem, deitado ao relento, teve um sonho no qual via “uma escada, que, apoiando-se na terra, tocava com o cimo o céu; e anjos de Deus subiam e desciam pela escada”. Deus, do alto da escada, abençoa Jacó e promete-lhe terra e posteridade numerosa (Gênesis, 28: 10-15). No conto “O Empréstimo”, vimos o narrador dizendo que após Vaz Nunes negar o empréstimo, a “alma de Custódio caiu de bruços. Subira pela escada de Jacó até o céu; mas em vez de descer com os anjos no sonho bíblico, rolou abaixo e caiu de bruços”. Há, pois, uma inversão: Machado transfere a Custódio (avesso ao trabalho) o sonho de Jacó (trabalhador), de forma que Custódio cairia nas graças de Vaz Nunes, tal qual Jacó caiu nas graças de Deus. O “novo deus” Vaz Nunes não abençoa, não promete nada, apenas acena com a possibilidade de, e acaba por dar a Custódio (espécie de Jacó às avessas) apenas o equivalente a um jantar. O que no texto sagrado era fartura, em Machado torna-se mingua. Assim entendido tal episódio, parece estarmos diante de um rebaixamento do texto sagrado.

Note-se ainda o pedido de Custódio, que desce dos cinco contos aos dez mil-réis, terminando por aceitar cinco mil-réis (voltaremos a eles adiante).

No capítulo XXI, “O almocreve”, de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (doravante indicada apenas por *MPBC*), o narrador nos conta que seu jumento empacou e que, perante tal resistência, o fustigou. O animal deu alguns corcovos e o sacudiu fora da cela, resultando seu pé esquerdo preso no estribo e o animal em disparada, isto é, tentando disparar, já que um almocreve, que por ali estava, acudiu a tempo de lhe pegar a rédea e detê-lo, não sem esforço nem perigo. Enquanto Brás voltava a si, o almocreve ajeitava, “com muito zelo e arte”, os arreios no animal. Brás, em agradecimento, decide dar-lhe algumas moedas:

Resolvi dar-lhe três moedas de ouro das cinco que trazia comigo; não porque tal fosse o preço da minha vida, - essa era inestimável; mas porque era uma recompensa digna da dedicação com que ele me salvou. Está dito, dou-lhe as três moedas.

[...]

Fui aos alforjes, tirei um colete velho, em cujo bolso trazia as cinco moedas de ouro, e durante esse tempo cogitei se não era excessiva a gratificação, se não bastavam duas moedas. Talvez uma. Com efeito, uma moeda era o bastante para lhe dar estremeções de alegria. Examinei-lhe a roupa; era um pobre diabo, que jamais vira uma moeda de ouro. Portanto, uma moeda. Tirei-a, vi-a reluzir à luz do sol; não a viu o almocreve, porque eu tinha-lhe voltado as costas; mas suspeitou-o talvez, entrou a falar ao jumento de um modo significativo; dava-lhe conselhos, dizia que tomasse juízo, que o ‘senhor doutor’ podia castiga-lo; um monólogo paternal. Valha-me Deus! Até ouvi estalar um beijo: era o almocreve que lhe beijava a testa.

— Olé! exclamei.

— Queira vosmecê perdoar, mas o diabo do bicho está a olhar para a gente com tanta graça...

Ri-me, hesitei, meti-lhe na mão um cruzado em prata, cavalguei o jumento e segui a trote largo, um pouco vexado, melhor direi, um pouco incerto do efeito da pratinha. Mas a algumas braças de distância, olhei pra trás, o almocreve fazia-me grandes cortesias, com evidentes mostras de contentamento. Adverti que devia ser assim mesmo; eu pagara-lhe bem, pagara-lhe talvez demais. Meti os dedos no bolso do colete que trazia no corpo e senti umas moedas de cobre; eram os vinténs que eu devera ter dado ao almocreve, em lugar do cruzado de prata. Porque, enfim, ele não levou em mira nenhuma recompensa ou virtude, cedeu a um impulso natural, ao temperamento, aos hábitos do ofício; acresce que a circunstância de estar, não mais adiante nem mais atrás, mas justamente no ponto do desastre, parecia constituí-lo simples instrumento da Providência; e de um ou de outro modo, o mérito do ato era positivamente nenhum. Fiquei desconsolado com esta reflexão, chamei-me pródigo, lancei o cruzado à conta das minhas dissipações antigas; tive (por que não dizer tudo?) tive remorsos. (ASSIS, 2006, Vol. I, p. 542-543)

Brás suspeita que o almocreve suspeita que ele (Brás) poderá dar-lhe em recompensa uma moeda de ouro. Segundo Bakhtin, não sendo representado apenas como falante, o homem que fala no romance

pode agir, [...] mas sua situação é sempre iluminada ideologicamente, é sempre associada ao discurso (ainda que virtual) a um motivo ideológico e ocupa uma posição ideológica definida. A ação, o

comportamento do personagem no romance são indispensáveis tanto para a revelação como para a experimentação de sua posição ideológica, de sua palavra [...] (BAKHTIN, 1988, p. 136).

No fragmento machadiano citado, as personagens parece medirem-se, estudarem o comportamento do outro: Brás examina a roupa do almocreve e conclui tratar-se de um pobre diabo; o almocreve (supõe-se) vê o luzir da moeda de ouro, ou suspeita de que será recompensado e, por isso, põe-se a acariciar o jumento. A alegria do almocreve ao receber o cruzado de prata, por um lado, e a mesquinhez do personagem-narrador e sua descrença na solidariedade do almocreve, por outro, revelam a posição ideológica de cada um.

Quanto à recompensa, Brás pensa inicialmente em dar-lhe três moedas de ouro. Cogita se não seria quantia excessiva, levando-se em conta que o almocreve não passava de um pobre diabo. Pensa em dar-lhe duas moedas de ouro, em seguida apenas uma, mas acaba por dar-lhe um cruzado em prata. Fica, porém, desconsolado quando percebe que “o pagara bem demais”, que deveria dar-lhe apenas os vinténs de cobre que trazia consigo. O narrador utiliza-se, pois, de um processo decrescente que vai das três moedas de ouro aos vinténs de cobre.

No prólogo *Ao leitor*, presente nas *MPBC*, encontramos:

Que Stendhal confessasse haver escrito um de seus livros para cem leitores, coisa é que admira e consterna. O que não admira, nem provavelmente consternará é se este outro livro não tiver os cem leitores de Stendhal, nem cinquenta, nem vinte, e quando muito dez. Dez? Talvez cinco [...]. (ASSIS, 2006, Vol. I, p. 513)

Vejamos agora este trecho da *Bíblia Sagrada*:

Abraão aproximou-se e disse: ‘Fareis o justo perecer com o ímpio? Talvez haja cinquenta justos na cidade: fá-lo-eis perecer? Não perdoaríeis antes a cidade, em atenção aos cinquenta justos que nela se poderiam encontrar? Não, Vós não poderíeis agir assim, matando o justo com o ímpio, e tratando o justo como o ímpio! Longe de vós tal pensamento! Não exerceria o Juiz de toda a terra a justiça?’ O Senhor disse: “Se eu encontrar em Sodoma cinquenta justos, perdoarei a toda a cidade em atenção a eles”.

Abraão continuou: “Não leveis a mal, se ainda ousar falar ao meu Senhor, embora seja eu pó e cinza. Se porventura faltar cinco aos cinquenta justos, fareis perecer toda a cidade por causa desses cinco?” “Não a destruirei, respondeu o Senhor, se nela eu encontrar quarenta e cinco justos”. Abraão insistiu ainda e disse: “Talvez só haja aí quarenta” – “Não destruirei a cidade por causa desses quarenta”. Abraão disse de novo: “Rogo-vos, Senhor, que não vos irriteis se eu insisto ainda! Talvez só se encontrem trinta!” - “Se eu encontrar trinta, disse o Senhor, não o farei”. Abraão continuou: “Desculpa, se ousar falar ainda ao meu Senhor: Pode ser que só se encontrem vinte”. – “Em atenção aos vinte não a destruirei”. Abraão replicou: “Que o Senhor não se irrite se falo ainda uma última vez! Que será, se lá forem achados dez? - E Deus respondeu: “Não a destruirei por causa desses dez”. (Gênesis, 18: 23-32)

No Capítulo 5 do romance *Galantes Memórias e Admiráveis Aventuras do Virtuoso Conselheiro Gomes, O Chalaça*, de José Roberto Torero (TORERO, 1994), o

narrador põe-se a pensar no testamento e na herança que pretende receber da Baronesa de Lyon, na ocasião da abertura do testamento da falecida amante:

[...] acho que receberia uns dez mil francos. Talvez vinte. Não, dez estaria justo. Vinte mil francos para um amante poderia comprometer sua reputação. [...] Um futuro marido merece pelo menos cinquenta ou sessenta mil. [...] Ora sessenta mil. Cem mil! Menos do que cem mil francos serão uma consumada injustiça! (TORERO, 1994, p. 24-25)

Temos agora vários textos que dialogam entre si: o procedimento bíblico é retomado por Machado, que é retomado por Torero. Machado (no prólogo e no episódio do almocreve (das *MPBC*), como no conto “O Empréstimo”), e também o texto bíblico utilizam-se de processo (numérico) decrescente, enquanto Torero faz o contrário. Parece-nos sempre ressoar, ao fundo, uma segunda voz. O texto bíblico ressoa no de Machado, enquanto os de Machado, principalmente o “prólogo”, ressoam em *O Chalaça*. Em Machado, a recorrência ao mesmo procedimento pode ser lida como parte do tom zombeteiro do autor, podendo apontar para um leve rebaixamento do texto bíblico. Em *O Chalaça* emerge um tom cômico, provocado pelo deslocamento do texto machadiano, em primeiro lugar, e do texto bíblico, em segundo lugar, podendo, neste último caso, ser lido como paródia.

Os exemplos de diálogos entre Torero e Machado de Assis ou entre Torero e a *Bíblia Sagrada* não são poucos. Devido à extensão deste trabalho, limitamo-nos, aqui, a apenas dois exemplos. Nas *MPBC* o narrador Brás Cubas, no capítulo XV, afirma: “Gastei trinta dias para ir do Rossio Grande ao coração de Marcela” (ASSIS, 2006, Vol. I, p. 534). E, logo adiante, no capítulo XVII: “Marcela amou-me durante quinze meses e onze contos de réis; nada menos.” (ASSIS, 2006, Vol. I, p.536). Em *O Chalaça*, o narrador, referindo-se à viúva sexagenária Baronesa de Lyon, diz: “Seis jantares, duas óperas e três diamantes depois, conquistei o seu coração”(TORERO, 1994, p. 16-17). Torero retoma as metáforas machadianas e as parafraseia, fundindo-as numa só.

Por fim, um exemplo que se encontra no início do conto “A Cartomante”: “Hamlet observa a Horácio que há mais cousas no céu e na terra do que sonha a nossa filosofia” (ASSIS, 2006, Vol. II p.75). Em *O Chalaça*, o narrador abre o capítulo 57 do romance da seguinte maneira: “No bolso da casaca de um homem alheado como eu pode haver mais mistérios do que nos indecifráveis desígnios de Deus” (TORERO, 1994, p. 200). O texto machadiano dialoga com o Shakespeareano, rebaixando-o, uma vez que este é deslocado para o contexto da cartomancia. Já Torero provoca a aproximação dos “indecifráveis desígnios de Deus” com os propósitos nada cristãos de seu narrador para com Inês, a criada da casa, provocando, desta forma, um rebaixamento. Neste caso, essa relação dialógica pode ser lida como uma paródia.

Enfim, nos textos por nós trabalhados, verifica-se o que diz Julia Kristeva a respeito da intertextualidade: “Para os textos poéticos da modernidade, poderíamos afirmar, sem risco de exagero, é uma lei fundamental: eles se constroem absorvendo e destruindo, concomitantemente, os outros textos do espaço intertextual”. (KRISTEVA, 1974 p.176)

Como diz Bakhtin, “na composição de quase todo enunciado do homem social” inclusive das obras literárias, “existe, numa forma aberta ou velada, uma parte considerável de palavras significativas de outrem [...]” (BAKHTIN, 1988, p. 153). Convém não nos esquecermos, entretanto, que as relações dialógicas são obra de um leitor historicamente localizado.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Machado de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2006. (Volumes I e II)

\_\_\_\_\_. “O caminho de Damasco”. In: **Contos Avulsos** 1. Disponível em <http://www2.uol.com.br/machadodeassis>. Consultado em 10/07/2007.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 6ª ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

\_\_\_\_\_. **Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

BÍBLIA, Português. **Bíblia Sagrada**. Trad. Centro Bíblico Católico. 58 ed. rev. São Paulo: Ave Maria, 1987.

KRISTEVA, Júlia. **Introdução à Semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

TORERO, José Roberto. **Galantes Memórias e Admiráveis Aventuras do Virtuoso Conselheiro Gomes, O Chalaça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.